

Subsídios para participação do Secretário Recursos Hídricos e Qualidade

Ambiental na Audiência Pública na Comissão de Desenvolvimento

Regional e Turismo com a finalidade de debater a revitalização da Bacia

Hidrográfica do Parnaíba, a se realizar em 04 de outubro, às 9h, na Sala

13, Ala Alexandre Costa, Anexo II, Senado Federal.

CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO HIDROGRÁFICA

A Região Hidrográfica do Parnaíba configura-se como uma das mais importantes da Região Nordeste do Brasil, sendo ocupada pelos Estados do Ceará, Piauí e Maranhão e está quase totalmente inserida na área delimitada como suscetível à desertificação.

A maior parte do Estado do Piauí (99%) está inserida na Bacia do Parnaíba, sendo que apenas os Municípios de Luiz Correia e Cajueiro da Praia não se encontram dentro da Região Hidrográfica. Contém 222 dos 224 municípios do Piauí, 42 municípios do Maranhão e 19 municípios do Ceará, totalizando 280 municípios e uma população de 4,15 milhões pessoas, em uma área de 344 mil/km² (3,9% do território nacional). Os municípios mais populosos localizados na bacia do Rio Parnaíba são: Teresina e Parnaíba/PI, Balsas e Timon/MA, Crateús e Tianguá/CE.

O rio Parnaíba tem a extensão de aproximadamente 1.400Km, sendo perene na maioria de seus trechos. Seus principais afluentes são

alimentados por águas superficiais e subterrâneas, destacando-se os rios Balsas, Gurguéia, Piauí, Canindé, Poti e Longá. Suas águas atravessam dois biomas, como o Cerrado, no Alto Parnaíba e a Caatinga, no Médio e Baixo Parnaíba, com características hidrológicas diferenciadas em cada uma destas regiões.

Os principais sistemas aquíferos presentes na bacia hidrográfica do rio Parnaíba são: Serra Grande, Cabeças e Poti-Piauí, os quais são usados, sobretudo, pelo estado do Piauí. No semiárido, esses aquíferos representam a principal fonte de abastecimento de água para a população residente, haja vista que grande parte dos rios dessa região é intermitente.

A escassez de água, aliás, tem sido historicamente apontada como um dos principais motivos para o baixo índice de desenvolvimento econômico e social. Entretanto, os aquíferos da região apresentam o maior potencial hídrico da Região Nordeste e podem, se explotados* de maneira sustentável, representar um grande diferencial em relação às demais áreas do Nordeste brasileiro no que se refere à possibilidade de promover o desenvolvimento econômico e social.

O percentual da população abastecida por água na região apresenta uma média de 91% equivalente à média nacional. No entanto a situação é

*Explorar economicamente os recursos naturais

crítica em relação rede de esgotamento sanitário que apresenta um valor médio de 10%, muito abaixo da média nacional (62%).

O rio Parnaíba e seus tributários tem contribuído decisivamente para o desenvolvimento econômico dos estados onde estão inseridos, a partir do uso de seus recursos naturais. Entretanto, o processo de ocupação tem sido caracterizado pelo uso desordenado do solo e dos recursos hídricos, em razão de uma agricultura e pecuária, em geral implementadas sem o uso de práticas conservacionistas, conduzindo à devastação do solo e ao esgotamento de suas nascentes e de suas respectivas áreas de recarga, resultando em elevado índice de assoreamento e alteração do regime hídrico dos cursos d'água.

A bacia hidrográfica está quase totalmente inserida na área delimitada como suscetível a desertificação. Ademais, considerando a nova delimitação do Semiárido Brasileiro¹, cerca de 61% do território da bacia está inserido na região semiárida. A infraestrutura hídrica na Bacia do Parnaíba é composta por várias barragens e adutoras construídas nos

¹ Instituída pela Resolução da Sudene Nº 107 de 2017, a qual estabelece critérios científicos e técnicos para a delimitação do Semiárido Brasileiro e procedimentos para revisão de sua abrangência.

cursos d'água e existem, ainda, segundo cadastros efetuados pelo CPRM, mais de 23.000 poços tubulares profundos.

Em relação à implantação da política de recursos hídricos, todos os estados integrantes da Região Hidrográfica possuem suas leis de recursos hídricos. Há situações em estágio mais avançado, com a criação de comitês de bacias e sistemas de outorgas implantados, como no Ceará e do Maranhão. No Piauí, há processos de implantação de comitês de bacia e dos instrumentos de gestão. Sendo o rio Parnaíba de domínio da União, a outorga vem sendo fornecida pela ANA, e nos rios estaduais pelos respectivos estados.

BACIA DO RIO PARNÁIBA E A REVITALIZAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

A bacia do rio Parnaíba é a segunda mais importante do Nordeste brasileiro e representa a mais densa rede hidrográfica dessa região.

Cabe destacar que a CODEVASF é o órgão do Governo Federal que, a partir do ano 2000, vem atuando na Bacia do Rio Parnaíba, quando deu início ao programa intitulado Plano de Ação para a Bacia do Rio Parnaíba (Planap). Para efeito deste Plano, a Bacia foi subdividida em quatro Macrorregiões, com base em suas características físicas, potencialidades de produção e dinâmica de desenvolvimento:

- **Macrorregião do Cerrado** – abrange a região que vai da nascente do rio Parnaíba até a cidade de Floriano, no Estado do Piauí, incluindo as Sub bacias dos rios Balsas, Uruçuí Preto, Gurguéia e Mucaitá, na região de Itaueiras;
- **Macrorregião do Semiárido** – localiza-se no centro da Bacia do Parnaíba, em sua parte sudeste, onde cortam os rios Guaribas, Canindé e Oeiras;
- **Macrorregião do Meio Norte** – abrange parte das bacias do Poti e do Longá. É o epicentro da Bacia do Parnaíba, com as cidades de Teresina e Piripiri no Piauí, Crateús no Ceará e Caxias no Maranhão, estratégica no que se refere a escoamento da produção e deslocamento para os centros mais desenvolvidos do País;
- **Macrorregião do Litoral** – na região da foz do Parnaíba, ampliando-se para além da praia, limitando-se pelo Piauí em Murici dos Portelas, Caxingó, Caraúbas do Piauí, Cocal e Cocal dos Alves, pelo Maranhão, em Tutóia, Água Doce do Maranhão e Araioses e pelo Ceará com Granja e Viçosa do Ceará.

A CODEVASF tem realizado uma série de ações de contenção e reversão de processos erosivos que ameaçam o meio ambiente, a disponibilidade de recursos hídricos e ações de infraestrutura, bem como

bras de esgotamento sanitário e segurança hídrica (barragens e sistema de distribuição de água).

Como parte das ações de revitalização, a CODEVASF elaborou o Plano de Preservação e Recuperação de Nascentes do Parnaíba, concluído em 2016, o documento possui proposta de atuação da empresa em ações de revitalização das bacias voltadas para o aumento da disponibilidade de recursos hídricos. O foco das ações são a preservação e a recuperação ambiental de nascentes e de suas áreas de recarga hídrica.

Cabe informar que a CODEVASF está contratando a elaboração de um diagnóstico de recursos hídricos da bacia do rio Parnaíba. O contrato que permitirá a elaboração do diagnóstico contará com um investimento de aproximadamente R\$ 1,5 milhão, e o prazo de desenvolvimento dos trabalhos será de dez meses. O diagnóstico servirá de base para a elaboração do Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba.

Ações que promovam a revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba são fundamentais em decorrência da sua importância socioeconômica e ambiental para os estados aos quais estão inseridos. É necessário que todas as atividades da bacia sejam desenvolvidas em consonância com as práticas que permitam a manutenção dos processos

ecológicos essenciais para a existência da vida e dos seus recursos fundamentais.

Aqui quero ressaltar que se encontra na Casa Civil uma proposta de Decreto de conversão de multas do Ibama, que serão revertidas em ações de recuperação ambiental. Estas ações serão desenvolvidas em áreas estratégicas e considerarão critérios técnicos. Salienta-se que as empresas autuadas que optarem pela conversão terão como incentivo um desconto de até 60% em relação ao valor total da multa. As áreas que sofrerão as intervenções serão apontadas pelo MMA, e a primeira delas, por determinação do Ministro Sarney Filho, deve contemplar ações de revitalização nas Bacias do São Francisco e Parnaíba, atentando assim ao semiárido brasileiro.

HISTÓRICO DO PROCESSO DE CRIAÇÃO DO CBH DO PARNAÍBA

A criação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba é uma luta antiga, que se iniciou em 2000.

Em 2011, foi criada a Comissão Interinstitucional Pró Comitê da Bacia Hidrográfica do Parnaíba, com membros das Secretarias Estaduais que tratam da gestão de recursos hídricos, Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Piauí (OAB/PI), Agespisa, Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA/PI), Companhia de Desenvolvimento dos

Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), Fundação Velho Monge e Ministério Público do Trabalho no Piauí.

Nesse período foram realizadas uma série de audiências públicas, reuniões e oficinas de debate, com o objetivo de sensibilizar representantes do poder público, sociedade civil e usuários de água, quanto à importância da constituição de um comitê para a Bacia.

Estão em fase de conclusão os procedimentos necessários para assinatura do Acordo de Cooperação entre os estados do Maranhão, Piauí e Ceará, Agência Nacional de Águas e os CBHs dos rios afluentes. A perspectiva é que no próximo mês, deverá ser concluído o parecer referente ao Pacto de Cooperação entre os estados envolvidos na criação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba.

Após assinatura do Pacto de Gestão pelos governadores o processo será apreciado pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos e, então, encaminhado à Casa Civil para publicação de Decreto que formalizará a criação do Comitê.

A criação do Comitê é um passo importante para o fortalecimento do processo de revitalização da bacia do Parnaíba, compreendendo um conjunto de ações integradas e permanentes, como, por exemplo, a recuperação de áreas degradadas, implantação de sistema de coleta e

tratamento de esgotos, destinação adequada dos resíduos sólidos, combate ao assoreamento e à degradação da mata ciliar e muitas outras ações, que hoje são pontuais.

Em um cenário de aumento da ocorrência de eventos climáticos extremos que afetam diretamente a disponibilidade hídrica na região do Parnaíba, reforçam a necessidade e urgência de ações conjuntas e integradas para sua revitalização. Portanto, considerando estratégica a implementação de ações de revitalização na Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba, nos colocamos à disposição para contribuir para construção conjunta de um programa de revitalização da bacia hidrográfica do Rio Parnaíba.

Ressaltamos a importante iniciativa do Senador Elmano Férrer (PMDB-PI), autor da proposição legislativa que define normas gerais para a revitalização da bacia hidrográfica do rio Parnaíba, através do PLS 67/2017, que constitui um instrumento legal para definir os princípios e ações prioritárias para a recuperação da Região Hidrográfica do rio Parnaíba.

Ações da SRHQ/MMA na Região

Por fim, informamos que:

- “Promover ações de conservação e recuperação nas bacias dos rios São Francisco, Parnaíba e Rio Doce” é uma das metas do **Plano Nacional de Recursos Hídricos para 2016-2020**. Em 24 de outubro será realizada a primeira oficina de monitoramento das metas do PNRH, envolvendo seus principais executores, quando serão obtidas informações atualizadas sobre o seu cumprimento.
- O MMA está apoiando a elaboração do **Plano Estadual de Recursos Hídricos do Maranhão**, que faz parte da bacia hidrográfica do Parnaíba. O Plano Estadual contribui para a fortalecimento da gestão dos recursos hídricos do Maranhão e também servirá como base, juntamente com os Planos Estaduais do Ceará e do Piauí, que já foram elaborados, para a construção do Plano da Bacia do Parnaíba.
- A CODEVASF deu início à elaboração dos estudos preliminares para a elaboração do diagnóstico da Bacia Hidrográfica do Parnaíba, que poderá vir a compor o Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Parnaíba. O processo de elaboração O processo de elaboração do Plano deverá ser acompanhado e o plano será aprovado pelo CNRH, caso ainda não tenha sido constituído o Comitê da Bacia.